



**XII CONAGES**  
XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

## **QUANDO SE É MULHER: UMA REFLEXÃO SOBRE A CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE**

Roseane da Silva Sousa

*Universidade Estadual da Paraíba; Email: roseanessousa@hotmail.com*

**RESUMO:** Este trabalho pretende problematizar de forma breve sobre a condição feminina, de modo que se possam refletir as relações de poder implícitas ao gênero *mulher*. Para isso, tornou-se necessário resgatar a emergência da categoria Gênero no percurso da pesquisa histórica do movimento feminista, para só assim refletir sobre a categoria mulher como um produto histórico e cultural, não biológico. Dessa maneira, será discutido, num primeiro momento, sobre os estudos de Gênero, apontando seu surgimento enquanto categoria analítica e como um produto que emergiu das próprias necessidades do movimento feminista. Feita essa breve exposição, chegar-se-á ao cerne dessa abordagem que será refletir sobre a condição feminina a partir da identidade: *Ser Mulher*. Por fim, será feito alguns apontamentos do que fora discutido a fim de tentar contribuir com as reflexões dos estudos de Gênero.

**Palavras-chave:** Mulher. Feminismo. Estudos de Gênero. Condição da mulher.



## INTRODUÇÃO

A emergência do gênero ou das relações de gênero como uma categoria analítica está intimamente ligada à história do movimento feminista. Sua compreensão envolve vários estudos e compreensões que vão desde a construção de papéis femininos e masculinos, do aprendizado e das vivências experimentados pelos indivíduos no processo de desenvolvimento de suas identidades; da sexualidade; da violência contra as mulheres; das masculinidades; até estudos que relacionam gênero e poder.

Desse modo, este trabalho que tem como objetivo refletir sobre a condição da mulher na sociedade necessita fundamentar-se a partir do contexto em que se inserem os estudos de gênero, uma vez que estes deslocaram as discussões do feminismo para o âmbito da produção do conhecimento. Antes se tinha uma preocupação maior em problematizar as lutas feministas no campo da conquista de direitos; com a inauguração dos estudos de gênero, que continuam a abordar os problemas da mulher, inclui-se no universo do movimento feminista e de gays e lésbicas um novo ponto de partida no que tange às análises das desigualdades de gênero.

Sendo assim, se fará primeiro uma breve discussão sobre o movimento feminista, para só então refletir-se sobre a condição da

mulher a partir dos recentes Estudos de Gênero.

## METODOLOGIA

Este trabalho tratou-se de um estudo bibliográfico, com abordagem qualitativa. Para Gil (2008) este tipo de estudo é desenvolvido a partir de materiais já elaborados, tendo a vantagem de permitir ao pesquisador uma ampla cobertura do seu objeto de investigação.

Quanto à técnica de análise foi utilizada a análise de conteúdo, uma vez que consiste numa “técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações” (GIL, 2008, p. 152).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ideias feministas nascem mais precisamente com o movimento sufragista, o qual buscava a extensão do voto às mulheres, e que ficou conhecido como a “primeira onda” do feminismo no século XIX. Ressalta-se, no entanto, que o movimento de mulheres pelo reconhecimento de seus direitos teve seus primeiros sinais desde a Revolução Francesa, quando com a Elaboração dos



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Direitos do Homem e do cidadão de 1789, tiveram seus direitos políticos vetados.

Foi do desejo de participar das decisões políticas junto aos seus maridos que emergiu na mulher a consciência de que ela era um ser humano assim como os homens, e que, portanto, deveriam ser tratadas em pé de igualdade. Assim, o feminismo se constrói, portanto, “a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a história da mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de recriação” (ALVES; PITANGUY, 1982).

Apesar de já existir uma base teórica sobre o feminismo na “primeira onda” seria somente por volta dos anos 60 do século XX que o feminismo se espalharia para diversos países industrializados, e posteriormente surgiriam autoras preocupadas com ideias como: identidade, sexualidade e gênero. Por um momento, mais precisamente a década de 50, pareceu que as mulheres haviam sofrido um retrocesso em suas lutas. Com o término da Segunda Guerra Mundial, onde as mulheres foram *à pátria* como enfermeiras, crescera nelas um enorme desejo pelo casamento, pela maternidade e dedicação ao lar. Conforme Betty Friedan (1971, p. 18) importante difusora do feminismo na América

Nos quinze anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, esta mística de realização

feminina tornou-se o centro querido e intocável da cultura americana contemporânea. Milhões de mulheres moldavam sua vida à imagem daquelas bonitas fotos de esposa suburbana beijando o marido diante do janelão da casa, descarregando um carro cheio de crianças no pátio da escola e sorrindo ao passar o novo espalhador de cera no chão de uma cozinha impecável [...]. Sua mais alta ambição, ter cinco filhos e uma bonita casa. Sua única luta, conquistar e prender o marido. Não pensavam nos problemas do mundo para além das paredes do lar e, felizes em seu papel de mulher, desejavam que os homens tomassem as decisões mais importantes, e escreviam, orgulhosas, na ficha do recenseamento: «Ocupação: dona de casa.

Foi somente no final da década de sessenta que o movimento feminista passou a se dedicar fervorosamente na construção de uma base teórica que pudesse dar maior visibilidade ao movimento. Foi assim que surgiram os estudos de gênero no decorrer da “segunda onda” do feminismo. Entretanto, não foi logo de início que a palavra gênero passou a ser utilizada; usava-se nessa época a categoria *Mulher*. Esta, refletida em “contraposição à palavra *Homem* considerada universal [...]. A palavra homem pretendia incluir todos os seres humanos” (PEDRO, 2005, p. 80). Assim, o movimento feminista fazia questão de lembrar que suas reivindicações eram feitas em nome da *mulher* e não do *Homem*. Foi colocando-se como *Mulher* que o sexo feminino passou a reafirmar sua identidade separada da de



*Homem.* Foi desse momento que ficou quase que “determinado” que só as mulheres podiam fazer parte dos grupos de reflexão formados pelo movimento feminista, pois acreditavam que as presenças dos homens nos debates poderiam silenciar as mulheres. Desse modo, existiam aquelas que centralizaram os estudos femininos sobre as mulheres. No entanto, Scott (1989, p.3) expressa à opinião que:

As mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado.

Nesse contexto, os estudos de gênero devem realocar sua discussão no campo social, uma vez que é nele que as relações entre os sujeitos se constroem e se reproduzem. Desse modo, as explicações sobre as desigualdades entre os sexos necessitam ser examinadas não em suas diferenças biológicas, mas em suas relações sociais, suas formas de representação e na própria história. É dessa forma que o conceito de gênero passa a ser utilizado a partir de uma abordagem relacional. Embora as análises ainda estivessem voltadas prioritariamente aos estudos sobre as mulheres, elas passaram discutir também a problemática dos homens. Ao afastar-se de enunciações essencialistas, as abordagens passaram a ser desenvolvidas a partir da ótica da *construção*, e não mais de

algo pré-existente. Assim, no processo de construção do conceito de gênero exigia-se que o pesquisador pensasse de maneira plural, uma vez que homens e mulheres se representavam de formas diversas. Segundo Joan Scott (1989, p.3):

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente *social* das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades.

Podemos dizer que os estudos de gênero foram uma consequência das lutas feministas por libertação, nos anos sessenta, principalmente com os movimentos sociais de 1968. Foram desses movimentos, os quais, num grito quase uníssono, num momento em que a sociedade lutava por uma vida mais justa e igualitária, que surgiu pela primeira vez a discussão sobre a problemática de Gênero. Durante aqueles movimentos as mulheres perceberam que “apesar de militavam em pé de igualdade com os homens, tinham nestes movimentos um papel secundário” (GROSSI, 1998, p. 2). Eram raras às vezes em que elas eram escaladas para assumir a liderança política, sua representação ficava pra fazer faixas ou panfletar.



Quanto às abordagens posteriores sobre a problemática do *gênero*, elas vêm se esforçando por problematizá-lo como uma categoria não natural, estático ou imutável. Os estudos pós-estruturalistas vêm caracterizando o gênero, enquanto uma categoria analítica, sob diversas matrizes teóricas. Butler (2003), Louro (1993) e Beauvoir (1967; 1970) discutiram o Gênero como um processo em que não se tem início, meio e fim, uma vez que o gênero não é algo que *somos*, mas algo que *fazemos*.

Butler (2003) se afasta mais tarde dos estudos que refletiam o gênero relacionado obrigatoriamente ao sexo e a sexualidade, já que isso implicaria em dizer que se “alguém é biologicamente fêmea, espera-se que exiba traços *femininos* e tenha desejo por homens” (BUTLER, 2003, p.38). Não obstante, essa autora vem discutir o gênero como *não natural*, dado que não existe uma relação obrigatória entre corpo e gênero. Desse modo, afirma que não existe um corpo “fêmea” e um corpo “macho” (SALIH, 2013).

O interesse de Butler não é o de buscar a origem ou a causa do gênero, mas o de fazer uma investigação genealógica, de modo que possa entender os efeitos do gênero e assim identificá-lo como *um* efeito e não como uma consequência. Para a autora não podemos aceitar que o gênero é construído e que de alguma forma ele possa estar *aprisionado* ao

sexo, pois ele está sempre à *deriva*. Assim ela argumenta que se “o sexo é tão culturalmente construído quanto o gênero, na verdade, talvez o sexo tenha sido desde sempre gênero, de maneira que a distinção sexo/gênero não é na verdade distinção alguma” (BUTLER apud SALIH, 2013, p.71).

Ainda para essa autora, que segue uma abordagem foucautiana, gênero e sexo são construções discursivas e tem como objetivos: *distinguir* e *definir* os corpos. Desse entendimento, ela diz que o gênero é performático, é uma representação. A performatividade, segundo Silva (2011) retira a ênfase da identidade como descrição e coloca como um movimento, transformação. Gênero e identidade são para Butler, portanto, *performance*. Em alusão a isso, a autora chegou a citar Nietzsche quando o mesmo diz em *A genealogia da moral* que “não existe *ser* por trás do fazer, do atuar, do devir; *o agente* é uma ficção acrescentada à ação - a ação é tudo” (NIETZSCHE, 1977, p.14). Esse autor prossegue em sua afirmação dizendo que “os cientistas não fazem outra coisa, quando dizem que *a força movimenta, a força origina*, e assim por diante - toda a nossa ciência se encontra sob a sedução da linguagem” (p. 14). É desse comentário que Butler comentará em *Gender Trouble* (1990) que as identidades de gênero são construídas pela linguagem, de modo que não existe



identidade de gênero que venha antes da linguagem. E é por isso, que para Butler toda “identidade de gênero é performática” (SALIH, 2013, p.80).

Essa autora, ao submeter às teorias estruturalistas e psicanalíticas à uma análise genealógica, acaba por pressupor que o gênero e o sexo são produtos universais, fixos e naturais. Em compensação, ela afirma que “gênero e sexo são o resultado do discurso e da lei.

Para o dicionário Aurélio, Ser significa "aquilo que é, que existe; ente forma, figura". Desse modo, entende-se que o *Ser Mulher* é aquilo que é, mas aquilo que também possa vir a ser. Simone de Beauvoir comenta que o filósofo Kierkegaard, em as *Etapas no Caminho da Vida* dissera que o *Ser Mulher*: "é algo tão estranho, tão complexo, tão complicado que nenhum predicado consegue exprimi-lo e que os múltiplos predicados que desejaríamos empregar se contradiriam de tal modo que só uma mulher o pode suportar". Beauvoir (1980) comenta essa frase dizendo que a mulher é apresentada dessa forma pelo fato de não ser considerada de forma positiva, mas como algo negativo. Ela é um outro, o mal.

Para essa autora, todo indivíduo sente a necessidade de justificar sua existência, pois é assim que ele infinitamente transcenderá. Do mesmo modo ocorre com a mulher, mas esse

tem sido o seu maior drama. Justificar sua existência, seu sexo, sua identidade, mas também reivindicar o seu lugar na sociedade.

Assim comenta Beauvoir (1970):

O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito, que se põe sempre como o essencial, e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial. Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina? Que caminhos lhe são abertos? Quais conduzem a um beco sem saída? Como encontrar a independência no seio da dependência? Que circunstâncias restringem a liberdade da mulher, e quais pode ela superar? (BEAUVOIR, 1970, p. 23).

O drama da mulher moderna vai além da necessidade de justificar-se como mulher. Seu drama é ter de se virar em mais de um emprego, o de ser mãe, esposa, chefe de família e não ser reconhecida por nenhuma dessas atividades, muito menos de não poder deixar ou não querer exercê-las. A mulher tem ganhado visibilidade na sociedade, não pelo que é, nem pelo que faz, mas pela sua funcionalidade nas instituições como a família. O *Ser Mulher* já lhe é apresentado desde sempre, como algo definido e imutável. A mulher, enquanto um “ser” criado pelo discurso dos *homens* deverá ser disciplinada, através dos aparelhos coercitivos do Estado, para aceitar o seu *destino* de ser esposa, mãe, cuidadora, paciente, obediente e feminina. Nunca feminista!



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não o ser. É em relação ao casamento que se define a celibatária, sinta-se ela frustrada, revoltada ou mesmo indiferente ante essa instituição (BEAUVOIR, 1967, p. 165).

Era assim que a mulher deveria ser representada e identificada.

Para Silva (2011) *identidade* é aquilo que se é. Assim, “sou brasileira”, “sou jovem”, “sou mulher” “sou mãe” podem ser considerados a “minha” identidade, pois são traços positivos e afirmativos de como “eu” me represento para sociedade enquanto um “ser mulher”. Nesse caso, a identidade somente diz respeito a “mim mesma”. Por outro lado, existe a *diferença*, que é quando eu digo o que o outro “é”. Nesse caso, *posso* olhar para um outro “ser” e apontá-lo como: “ele é um homem”, “ela é uma mulher”, mas *eu* o faço à medida que já tenho uma definição do que é “ser homem” e do que é “ser mulher”. A minha identidade, nesse caso, está implicitamente relacionada com o discurso da *diferença*.

Quando Betty Friedman escreveu a *Mística Feminina*, a mulher já havia conquistado diversos direitos, dentre eles o de poder votar, de frequentar uma universidade. No entanto, a autora descreve que nos anos sessenta a condição da mulher burguesa era de total insatisfação, não compreendiam qual

o seu papel na sociedade. No entanto, as revistas e livros destinados a mulher afirmavam que seu *papel* deveria ser o de “procurar realizar-se como esposa e mãe” e que a mulher verdadeiramente feminina era aquela que não desejava “seguir carreira, obter educação mais aprofundada, lutar por direitos políticos e pela independência e oportunidades que as antigas feministas pleiteavam” (FRIEDAN, 1971, p. 15). O “Ser Mulher”, nesse contexto, não estava sendo definido pelas próprias mulheres, mas era o discurso do “homem” (que tinha o direito de se identificar como tal), que vinha identificando o que era uma “mulher”. A mulher, nesse caso, era o Outro, como Simone de Beauvoir já havia discutido em sua obra *O segundo sexo*. Para esta autora:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Foi dessa mediação que as mulheres durante muito tempo ficaram *condenadas* a serem mães e esposas. No entanto, Beauvoir consegue romper com esse *destino* feminino, ela mostra que pode ser e fazer diferente do que era esperado do “ser mulher”. Tornou-se



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

independente, professora de filosofia, não casou, não teve filhos, viveu relações amorosas com homens e com mulheres, tornou-se mulher.

Por séculos a mulher foi submetida a um padrão de família na qual eram impostos valores e normas que deveriam ser seguidos. Vivia para cuidar do lar, do marido e dos filhos. Mas esse padrão vinha sendo questionado desde a emergência da Primeira Guerra mundial, quando os homens tiveram que deixar seus lares para servirem à guerra. Em vista disso, as indústrias necessitaram de mão de obra, e a única disponível e barata era a das mulheres. Historicamente relegadas a um papel meramente reprodutor e de cuidadora do lar, em que o homem era o único provedor, elas passaram a partir daquele momento a ter um papel muito importante na sociedade, embora não fosse valorizada já que aquele era um momento passageiro, logo elas retornariam a ocupar seus antigos papéis no espaço doméstico.

A década de 20 do século XX foi para a mulher, uma época em que esta passou a entender melhor o seu papel na sociedade e a questioná-lo. Passaram a comportar-se diferente, a usar roupas mais livres, mas sem perder a “feminilidade”. Desejavam fazer parte daquele mundo que pertencia apenas ao sexo masculino, ou seja, queriam poder trabalhar (a mulher pobre já trabalhava),

estudar, tomar decisões políticas, dentre outras ações.

No contexto brasileiro foi com a segunda onda do feminismo, através da resistência das mulheres à ditadura militar e ao impacto da modernização do país que a força feminina se acentuou no mercado de trabalho e se ampliou sua entrada no sistema educacional. Os movimentos sociais de 1968 trouxeram para o Brasil novos comportamentos sexuais e afetivos e acesso aos métodos anticoncepcionais e aos recursos terapêuticos. As novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional, ou seja, patriarcal, ainda presente na nossa sociedade.

Nesse contexto histórico, a Organização das Nações Unidas - ONU declarou o ano de 1975 como o “Ano Internacional da Mulher”, durante a Conferência Mundial do México. A conferência debateu questões sobre sexualidade, direitos reprodutivos, creche, igualdade salarial, acesso ao trabalho e políticas públicas para as mulheres. Nos anos 1980 o movimento de mulheres no Brasil já havia se consolidado. O movimento estava presente em diversas associações profissionais, em partidos políticos e sindicatos. O que passou a estar em jogo naquele momento eram as relações de gênero.

Com base nessas informações parece que, as transformações ocorridas na



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

sociedade, principalmente por volta dos anos 70 do século XX, colocaram a mulher num lugar de destaque, pois se verificou um aumento de sua presença no mercado de trabalho e na universidade. A partir desse contexto a mulher pôde escolher o momento certo e mais conveniente para optar, ou não, pela maternidade, haja vista o surgimento das políticas sociais no intuito de minimizar as agudas diferenças sociais entre as classes. Mas isso significou que a mulher deixou de ser explorada e inferiorizada? Não. Ela vem sofrendo, ainda, a marcante discriminação por *ser mulher*.

No Brasil, segundo dados do IBGE (2010) o rendimento da mulher equivalia a 72,3% à renda do homem, isto significa que o salário das mulheres continua 28% inferior a dos homens. A década de 80 foi para o movimento de mulheres, uma década marcada pela busca impactante de políticas públicas em diversas áreas, como saúde e trabalho. Naquele momento, criaram-se no plano governamental, conselhos nos níveis federal, estadual e municipal que tratariam da condição feminina. Um dos avanços foi o reconhecimento da problemática da violência contra a mulher, que passou a ser tratada institucionalmente nas delegacias. No final dessa década, alterou-se na Constituição Federal de 1988 a condição da mulher,

extinguindo-se a tutela masculina nos relacionamentos conjugais.

Lembra-se, contudo, que a manutenção de um modelo de família patriarcal ainda perdura, pois requer da mulher uma dupla e, até mesmo, tripla jornada de trabalho. A constante necessidade de articular múltiplos papéis familiares ainda vem exigindo da mulher a complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal e a presença de filhos (BRUSCHINI, 1998).

Isso significa que a mão de obra da mulher vem sendo, mais uma vez, absorvida pela lógica do capital, que não tem o interesse de emancipá-la e sim de retirar-lhe o quanto “puder” e “quiser” de sua mais-valia. Certamente, a lógica é mostrar que a mulher “ganhou” o seu tão sonhado espaço no mercado de trabalho, e dessa forma, tem seus direitos equilibrados com o dos homens. Mas o que de fato ocorre, é o mascaramento de um comportamento burguês que preza pela família nuclear/tradicional. Ou seja, pela presença feminina nos afazeres domésticos e de cuidadora dos filhos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se discutir nesse trabalho a condição da mulher, relacionando-a aos estudos de gênero. Conforme foi abordado, a



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

história da mulher sempre foi marcada pelo discurso do homem, dado que a ciência até certo momento era eminentemente masculina. Desse modo, os estudos de gênero vêm se contrapondo àquele padrão científico em que a história era criada pelos homens, de modo que vem mostrando que o gênero não é algo definitivo e inato ao ser humano, mas uma construção cultural e histórica, num primeiro momento, e o resultado do saber/poder, noutro.

Apesar de não ter sido abordado - de modo que ficará pra outro trabalho - os estudos de gênero se emanciparam dos movimentos feministas e agora também dialogam com outros movimentos, a saber: os movimentos LGBTs, como são exemplos os Estudos Queer.

Sabe-se que apesar das inúmeras conquistas das mulheres, através do movimento feminista, necessita-se continuar se expandindo os estudos de gênero para inúmeras outras mulheres que ainda vivem em condições de exploração, submissão e violência. Ainda existem muitas mulheres que sequer podem escolher o modo como querem viver e se relacionar na sociedade; que sofrem violência dos seus familiares homens; e são estigmatizadas pelo fato de ser mulher; mulheres que não têm o direito de usar uma determinada roupa, pois serão julgadas, violentadas e culpadas; outras, manipuladas

pela mídia; além daquelas que pelo fato de terem sido criadas e educadas através de um sistema patriarcal vêm reproduzindo esses padrões na educação dos filhos, já que dentro desse sistema a educação dos filhos recai unicamente sobre as mesmas. Enfim, a parceria entre mulher e homem na busca de uma sociedade mais justa e equitativa, parece ser utópica. *Ser Mulher*, nessa sociedade, realmente não tem sido fácil, uma vez que a luta pelo exercício de sua condição de mulher deve ser problematizado em todos os espaços institucionais: em casa, na escola, na política.

### REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** A experiência vivida. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

\_\_\_\_\_. **O segundo sexo.** Fatos e Mitos. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BUTLER, Judith, **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2003.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho feminino no Brasil:** novas conquistas ou persistência da discriminação? Latin American Studies Association – ECO 19 – The Palmer House Hilton Hotel Chicago, Illinois – USA September 24 – 26, 1998.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 1971.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

FIBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro : FIBGE, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. In: **Antropologia em Primeira mão. N.24**. Florianópolis: EdUFSC, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich. **Para a Genealogia da Moral: uma polêmica**. 1977.

SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu SILVA (organizador). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

